

1/2013 --

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
MÉRTOLA, REALIZADA EM 28 DE
FEVEREIRO DE 2013 -----**

----- Aos vinte e oito dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e treze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, encontrando-se presentes os membros da Assembleia Municipal identificados na lista que se segue e assinalados com a letra “P”, em número de 18, teve lugar a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Mértola, e oportunamente convocada pela circular nº1e edital nº 1/2013, ambos de 18 de fevereiro de 2013.-----

	PF
Mário Avelino da Silva Martins	P
Miguel da Conceição Bento	P
João Miguel Palma Serrão Martins	P
Maria Odete de Jesus Palma	F
Cláudia Isabel Nascimento Celestino	P
Maria Odete Guerreiro Teixeira	F
Manuel Joaquim de Jesus Pereira	P
Maria José da Assunção Lourenço Henrique	P
José Francisco Neto	F
Manuel Sequeira Gonçalves	P
José Eugénio Martins Pereira da Costa	P
Maria Otilia Colaço Alves Raposo	P
Mariana Ricardina Costa	P
Maria Virgínia Martins Valente	P
Mário José Eugénio	P
Maria Madalena Lança Marques – Pres. da Junta de Freguesia de Alcaria Ruiva	P
João Xavier da Costa Venâncio – Pres. da Junta de Freguesia de Corte do Pinto	P
Cláudia Isabel da Luz Arsénio – Pres. da Junta de Freguesia de Espírito Santo	(a)
Maria Fernanda Romba Adanjo da Silva Martins – Pres. Junta de Freguesia de Mértola	(b)
Luís Miguel Cavaco dos Reis – Pres. da Junta de Freguesia de Santana de Cambas	F
José Francisco Gomes Candeias – Pres. Junta de Freguesia de S. João dos Caldeireiros	P
Joaquim António Nobre – Pres. da Junta de Freguesia de S. Miguel do Pinheiro	P
José Manuel Silvestre – Pres. da Junta de Freguesia de S. Pedro de Sólis	P
Jorge Manuel Teixeira Domingos – Pres. Junta de Freguesia de S. Sebastião dos Carros	P

(a) e (b) - Nos termos da alínea c) do artº 38º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, as Snr^{as} Presidentes das Juntas de Freguesia de Espírito Santo e Mértola, fizeram-se representar pelos seguintes membros das respetivas Juntas de Freguesia: -----

a)- Presidente da Junta de Freguesia de Espírito Santo, pelo Tesoureiro da Junta, Snr. José Manuel Pereira Rodrigues Costa; -----

b)- Presidente da Junta de Freguesia de Mértola, pelo Secretário da Junta, Snr. Mário José Tomé Santos. -----

COMPOSIÇÃO DA MESA:-----

Presidente – Mário Avelino da Silva Martins; -----

Primeiro Secretário – Manuel Joaquim de Jesus Pereira; -----

Segundo Secretário – Maria Otilia Colaço Alves Raposo.-----

ABERTURA DA SESSÃO:- Encontrando-se presente a maioria dos membros da Assembleia, pelo respectivo Presidente foi declarada aberta a sessão eram 17,15 horas.-----

JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS À PRESENTE SESSÃO:-----

----- O Snr. Presidente da Mesa informou que o membro Snr. José Francisco Neto se encontra doente, pelo que não pode estar presente na sessão.-----

----- A Mesa da Assembleia, no uso da competência que lhe é conferida pelo nº 5 do art.º 46º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, por unanimidade, deliberou justificar a falta.-----

PEDIDO DE SUSPENSÃO DE MANDATO – MARIA ODETE GUERREIRO TEIXEIRA:-----

----- Por carta com registo de entrada de hoje nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, o membro D. Maria Odete Guerreiro Teixeira, solicita a suspensão do seu mandato, por um período de 90 dias, por motivos de doença.-----

----- Encontrando-se presente na sessão o cidadão a seguir na lista das eleições autárquicas realizadas em 11 de outubro de 2009 para a Assembleia Municipal, o Snr. José Eduardo Justino, foi reconhecida a sua identidade e legitimidade, tendo sido declarado instalado como membro deste Órgão, de conformidade com o que se dispõe no nº 4 do artº 76º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.-----

1.- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

1.1.- RENÚNCIA AO MANDATO DO MEMBRO SNR. ANTÓNIO MANUEL PEREIRA:-----

----- Por carta datada de 11 de fevereiro corrente, o membro Snr. António Manuel Pereira, que se encontrava em regime de suspensão de mandato, comunica a renúncia ao mesmo e para o qual foi eleito na lista da PS.-----

----- Considerando que se enquadra no disposto no nº 2 do artº 76º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o Plenário da Assembleia, por unanimidade deliberou aceitar o pedido de renúncia efetuado.-----

----- Encontrando-se presente na sala a cidadã imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista, Dr.ª Maria Virgínia Martins Valente, que o estava a substituir no âmbito do pedido de suspensão anteriormente apresentado, o Snr. Presidente da Mesa declarou-a membro efetivo deste órgão durante o período de duração do mandato, tendo a mesma tomado assento na sessão nos termos do nº 4 do artº 76º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

----- A Dr.ª Maria José Henrique disse que, em seu nome e em nome da Bancada da CDU queria agradecer e louvar a participação do Snr. António Pereira tanto na Assembleia como nas Comissões Municipais de que fazia parte, porque não podia deixar passar a ocasião sem lhe deixar uma palavra de apreço pelo trabalho que desenvolveu.-----

----- O Snr. Presidente da Mesa acrescentou que não se trata de uma despedida mas sim por razões de saúde e que contará com o seu regresso tão breve quanto possível.-----

1.2.- APRECIÇÃO DA PROPOSTA “AJUDAR SEM PAGAR”:-----

----- O Snr. Presidente da Mesa apresentou a Proposta “Ajudar sem Pagar”, que leu em voz alta e fica anexa à minuta desta ata.-----

----- Colocada à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

1.3.- APRECIÇÃO DE MOÇÃO “EM DEFESA DO PODER LOCAL DEMOCRÁTICO:-----

----- O Dr. Miguel Bento apresentou uma Moção “Em Defesa do Poder Local Democrático”, que leu em voz alta e fica anexa à minuta desta ata.-----

----- Colocada à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

1.4.- APRECIÇÃO DE VOTO DE LOUVOR AOS PROMOTORES DO CENTRO DE ESTUDOS DA MINA DE S. DOMINGOS (CEMSD):-----

----- O Dr. Miguel Bento apresentou um Voto de Louvor que leu em voz alta e fica anexo à minuta desta ata.-----

----- O Snr. Presidente da Mesa disse que deveria também ser louvado quem muito trabalhou para que a Mina e o Pomarão fossem reconhecidos como património nacional, a Câmara, as Juntas de Corte do Pinto e Santana e a Fundação Serrão Martins.-----

----- O Dr. Miguel Bento disse que as autarquias e as associações quando fazem o trabalho que devem fazer não devem receber louvores, já que é o dever de quem está a trabalhar, é o seu

trabalho, as autarquias fazem o que lhe é devido e não fica bem, na sua opinião, receberem louvores. -----

----- Que o trabalho feito nesta plataforma é voluntário, feito de forma desinteressada e aberto a todos os cidadãos, sendo em sua opinião um trabalho louvável.-----

----- Retorquiu o Snr. Presidente da Mesa dizendo que é tão louvável este trabalho como o outro e são bons estes contributos.-----

----- Colocado à votação foi o Voto de Louvor aprovado por unanimidade.-----

1.5.- APRECIACÃO DA MOÇÃO “SOBRE A PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA LEI DAS FINANÇAS LOCAIS”:-----

----- A Snr.^a Presidente da Junta de Freguesia de Alcaria Ruiva apresentou a Moção “Sobre a proposta de alteração da Lei das Finanças Locais”, que leu em voz alta e fica anexa à minuta desta ata.-----

----- Colocada à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

1.6.- SESSÃO DE 21 DE DEZEMBRO – SAÍDA DO SNR. PRESIDENTE DA CÂMARA:

----- A Dr.^a Maria José Henrique, tomando a palavra, disse que na última sessão da Assembleia Municipal o Snr. Presidente da Câmara abandonou a mesma antes do seu termo, tendo insistido que não era obrigado a estar presente e que tinha um prazo de resposta de 15 dias a qualquer questão que fosse colocada, pelo que, o que o Snr. Presidente da Câmara fez e disse está em desconformidade com a lei (artº 48 da Lei 5-A/2002) e logo é ilegal o facto do Snr. Presidente da Câmara se ter ausentado ao arpejo da lei e sem ter sido substituído pelo seu substituto legal.-----

----- O Snr. Presidente da Câmara disse que se ausentou por motivos que se prendiam com compromissos inadiáveis, tendo disso informado o Snr. Presidente da Mesa antes do início da sessão.-----

----- O Snr. Presidente da Mesa informou que o Snr. Presidente da Câmara lhe tinha comunicado atempadamente que por motivos de agenda poderia ter de se ausentar da sessão antes da mesma terminar, facto que veio a acontecer.-----

----- Prosseguindo disse que é de muito mau gosto ter sido levantada esta questão quando o Snr. Presidente da Câmara nunca faltou a nenhuma sessão da Assembleia.-----

----- Que já foi vereador da Câmara durante muitos anos e nessa altura o presidente da câmara não comparecia nas sessões da Assembleia Municipal e nem existiam relatórios enviados aos membros da mesma.-----

----- Interveio o Dr. Miguel Bento para dizer que o comentário do Snr. Presidente da Mesa não corresponde à verdade porque desde que foi obrigatório por lei a apresentação dos relatórios eles vieram sempre à Assembleia.-----

----- Reafirmo o Snr. Presidente da Mesa que isso não é bem verdade, mas que o levantar desta questão é, do seu ponto de vista, de muito mau gosto, até devido ao facto de que o Snr. Presidente da Câmara lhe ter comunicado que se iria ausentar, não entendendo porque é que esta questão foi levantada.-----

----- A Dr.^a Maria José Henrique disse que apenas levantou a questão porque na sessão em que a situação aconteceu e quando informou sobre a obrigatoriedade da presença do presidente da câmara nas sessões da Assembleia, ter sido desmentida pelo próprio Presidente da Câmara que lhe disse que não era obrigatória a sua presença. Que teve oportunidade de consultar a lei e a obrigatoriedade da presença do presidente da câmara nas sessões da Assembleia está contemplada na lei, bem como a obrigatoriedade de na sua ausência se fazer representar pelo seu substituto legal, e era apenas isso que queria esclarecer.-----

1.7.- ENCERRAMENTO DO TRIBUNAL DE MÉRTOLA:-----

----- A Dr.^a Maria José Henrique disse que embora esta matéria já tenha sido falada por diversas vezes na Assembleia e terem sido feitas e aprovadas várias propostas, o que é facto é que das propostas aprovadas apenas uma delas se concretizou que foi a ida a Lisboa a uma reunião com os grupos parlamentares. Que depois disso não sabe o que tem sido feito e que

embora tenha sido constituído um grupo de trabalho pela Assembleia Municipal não tem qualquer informação sobre o que o grupo está a fazer. -----

----- Prosseguindo disse que numa deslocação que fez ao Tribunal, por motivos de trabalho, foi informada que andaram lá dois senhores um em representação do Ministério da Administração Interna e outro do Ministério da Justiça que, segundo apurou, vieram fazer a partilha do edifício sendo que a maior parte ficará quase tudo para o Ministério da Administração Interna, pelo que nesta lógica agudiza-se a intenção do Governo de o Tribunal ficar apenas reduzido a uma secção de proximidade, uma vez que já andam representantes do Governo no terreno a tomar medidas. -----

----- Que, existindo um grupo de trabalho constituído por membros da Assembleia, mas que se encontra parado há meses, gostaria de partilhar esta informação e saber se a nível da Câmara ou da Assembleia Municipal foram tomadas algumas medidas porque o caso está a tornar-se altamente preocupante. -----

----- Que embora saiba que o novo mapa judiciário será para entrada em vigor em setembro de 2014, acha que deverá ser feita urgentemente alguma coisa e não ficar tudo à espera que o Governo “caia” e o assunto fique encerrado. -----

----- O Snr. Presidente da Mesa disse que, em sua opinião, a Dr.^a Maria José deveria ter comunicado essa “visita” ao grupo de trabalho da Assembleia já que também faz parte do mesmo, mas não o fez e só prestou essa informação agora nesta sessão. -----

----- Que não teve conhecimento da vinda desses representantes e que a matéria sobre o novo mapa judiciário ainda não foi discutida na Assembleia da República. -----

----- Que o grupo de trabalho tinha também por funções acompanhar o desenrolar do processo, que está atento a eventuais alterações e, ao contrário do que foi dito, não está moribundo, mas que se a Dr.^a Maria José tiver alguma nova ideia poderá coloca-la. -----

----- Prosseguindo o Snr. Presidente da Mesa disse que a única proposta que foi aprovada e que ficou por fazer foi a vinda do bastonário da ordem dos advogados a Mértola para participação num eventual debate sobre a matéria mas que naquela altura se chegou à conclusão que não seria benéfico para a resolução do processo dadas as incompatibilidades entre o Dr. Marinho Pinto e a Snr.^a Ministra da Justiça. -----

----- Que a intervenção da Dr.^a Maria José dá ideia que os poderes instituídos, Câmara e Assembleia Municipais, têm estado comodamente à espera que as coisas aconteçam e isso não corresponde à verdade. -----

----- Que ao contrário das especulações que agora são feitas, também o foram feitas quando era dito que o Centro de Saúde ia fechar e não fechou, que a Mina de S. Domingos era uma tristeza e agora é o que é, a renovação de todo o parque escolar com a construção dos centros educativos, o encerramento da repartição de finanças que se dizia que iria fechar e não fechou; a GNR que iria para Almodôvar e o que foi para Almodôvar foi o comando territorial e na altura nada foi dito sobre isso e agora o Tribunal que todos esperamos que não feche e até ao momento nada ainda foi decidido. -----

----- Prosseguindo disse que a questão será resolvida através do debate e não pelo barulho uns contra os outros. Que deu provas e continua a dar na defesa intransigente dos serviços que, de alguma forma, ainda continuam em Mértola. -----

----- Disse ainda que todo o interior do País está a lutar com dificuldades e não se vê o trabalho que é feito nos bastidores, que não se está em condições nem é altura de fazer barulho neste momento. -----

----- Que, quando a Dr.^a Maria José entender, como membro do grupo de trabalho, que há matéria importante para transmitir aos restantes membros do grupo este rapidamente se reúne para tomar as medidas que considere necessárias e oportunas. Que o grupo não pode fazer tudo sozinho, mas sim em conjunto com a Câmara Municipal, a Junta de Freguesia e as outras instituições e é nesse sentido que o grupo continuará a trabalhar. -----

ALTERAÇÃO AO QUÓRUM: -----

----- Neste ponto da ordem de trabalhos entrou na sessão o Snr. Presidente da Junta de Freguesia de Santana de Cambas.-----

----- A Dr.^a Maria José Henrique disse que das palavras do Snr. Presidente da Mesa ficou com a sensação de que este fez alguma coisa sobre este assunto entretanto, tendo o Snr. Presidente da Mesa respondido pela negativa.-----

----- O Dr. Miguel Bento, intervindo, disse que o facto da Dr.^a Maria José Henrique ter informado nesta sessão da Assembleia sobre a vinda dos representantes dos Ministérios faz todo o sentido uma vez que a comissão para tratar das questões do Tribunal foi constituída pela Assembleia Municipal.-----

----- Prosseguindo disse que o que lhe parece é que de algum tempo a esta parte, há uma certa apatia do Grupo e parece-lhe de muito mau gosto que essas duas pessoas tenham vindo repartir o espaço do Tribunal sem “dar cavaco” ao Presidente da Câmara. Que não existindo ainda uma decisão sobre o Tribunal e vem cá uma comissão dos ministros sem nada comunicar à Câmara Municipal, acha que é de muito mau gosto e solidariza-se com o Snr. Presidente da Câmara porque também se sente ofendido com esse facto.-----

----- Que relativamente a este assunto, nalguns locais do Norte do País onde a proposta é idêntica à que é feita para o Tribunal de Mértola, tem havido retrocessos no processo porque nesses locais as populações se têm unido e tem havido barulho. Que não tem dúvidas e está insatisfeito com a qualidade de alguns serviços públicos no Concelho de Mértola e há razões bastantes para protestar, dando como exemplo a recente decisão da administração dos correios relativamente à distribuição postal no Concelho.-----

----- Quanto ao Tribunal a população acusará os eleitos da Câmara e da Assembleia Municipal de que não fizeram nada para demover o Governo desta sua ideia em encerrar o Tribunal e se fosse feito barulho este seria ouvido.-----

----- Que em seu nome e de toda a bancada da CDU apresentava a sua solidariedade com o Snr. Presidente da Câmara pela vinda dos representantes do Governo sem ter sido dado conhecimento à Câmara Municipal e com clara violação dos preceitos institucionais.-----

----- O Snr. Presidente da Mesa disse que tem de ser feita alguma coisa, mas que seja eficaz. Que a população foi informada de que a Assembleia Municipal ia discutir este assunto e não compareceu à reunião.-----

----- Prosseguindo disse que os Órgãos só têm força quando as populações lhes dão força.

ADITAMENTO Á ORDEM DE TRABALHOS:-----

----- O Snr. Presidente da Mesa disse que, a Câmara Municipal solicitou, por ofício datado de 26 de fevereiro corrente com o nº 844, o aditamento à ordem de trabalhos desta sessão do seguinte assunto:-----

- Informação Financeira a 31 de dezembro de 2012.-----

----- A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade o aditamento proposto, passando a constar como Ponto 2.6. da ordem de trabalhos.-----

ALTERAÇÃO AO QUÓRUM:-----

----- Neste ponto da ordem de trabalhos entrou na sessão a Dr.^a Odete Palma.-----

2.1.- APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO DE 21/12/2012:-----

----- Nos termos e para efeitos do disposto no nº 2 do artº 92º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, foi presente para aprovação a ata da sessão ordinária realizada no dia 21 de dezembro de 2012.-----

----- O Snr. Presidente da Mesa propôs que a aprovação da ata fosse adiada para a próxima reunião, considerando que por motivos de erro informático a ata não chegou nas devidas condições aos membros da Assembleia Municipal.-----

----- A Assembleia Municipal por unanimidade deliberou aprovar a proposta do Snr. Presidente.-----

2.2.- PROPOSTA DE NÃO DISSOLUÇÃO DA MERTURIS:-----

----- Foi presente uma proposta do Snr. Presidente da Câmara, aprovada em reunião do Executivo realizada no dia 06 de fevereiro corrente, do seguinte teor:-----

“PROPOSTA-----

1.- A Merturis – Empresa Municipal de Turismo – EM, ou abreviadamente, a Merturis - EM, foi criada em 2004 como uma empresa pública municipal, com personalidade jurídica, e dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, nos termos da alínea a) do número três do artigo primeiro da Lei 58/98, de 18 de Agosto, regendo-se pelo regime das empresas públicas. -----

2.- A Merturis -EM prossegue fins de reconhecido interesse público, desde a sua constituição, designadamente, na promoção do turismo no Concelho de Mértola, na melhoria da qualidade de vida da população local e na dinamização da atividade económica através do adequado desenvolvimento da indústria do turismo, bem como na monitorização e no cumprimento da estratégia definida para as intervenções turísticas no Concelho de Mértola. A Merturis – EM definiu como orientação para a gestão, a promoção do desenvolvimento local e a viabilidade económica e equilíbrio financeiro, assente na celebração de contratos-programa com a autarquia para regulação das ações e projetos a desenvolver e do financiamento respetivo, na prática de tarifas e preços que permitam o equilíbrio da exploração a médio prazo, na fixação de objetivos económico- financeiros de médio prazo, na minimização dos custos de exploração, na gestão previsional por objetivos e outros. -----

3.- Desde a sua criação a empresa tem vindo a estruturar a sua ação em parceria com o Município de Mértola, os vários operadores locais e as entidades ligadas ao turismo, de forma a valorizar, promover e rentabilizar o património natural, histórico, gastronómico e etnográfico do concelho. -----

4.- Com a publicação da Lei 53-F/2006 a empresa municipal procedeu às adaptações decorrentes, a alteração da denominação que passou para Merturis – Empresa Municipal de Turismo – EEM, e acrescentou ao seu objeto social as atividades próprias das empresas de animação turística. -----

5.- Do ponto de vista económico-financeiro a MERTURIS,EEM tem procurado melhorar o seu desempenho e nos últimos anos, desde 2009, tem apresentado resultados positivos e aumentado a venda de serviços, reduzindo os subsídios à exploração, previstos nos contratos-programa celebrados com a autarquia que tutela a empresa. -----

6.- Das normas legais em vigor à data da elaboração dos documentos previsionais de gestão e da sua execução, designadamente em 2009, 2010 e 2011 não existia qualquer indicador económico-financeiro, cujo incumprimento conduzisse à dissolução das empresas públicas. A extinção e liquidação das empresas era da competência dos órgãos autárquicos a quem coube a sua criação, de acordo com os princípios de gestão e objetivos prosseguidos pelas entidades públicas participantes, visando a promoção do desenvolvimento local e regional e assegurando a sua viabilidade económica e equilíbrio financeiro. -----

7.- Os documentos previsionais e as relações económico-financeiras entre a empresa e a entidade pública assentaram na figura do contrato-programa prevista nos artigos 9º, 20º e 23º da Lei 53-F/2006, com as necessárias adaptações à realidade concelhia, sendo opção do Município de Mértola a classificação das verbas transferidas para a Merturis, EEM como subsídio corrente maioritariamente, embora algumas das verbas poderiam perfeitamente ter sido classificadas contabilisticamente como venda de serviços, porque correspondiam a prestação de serviços pelo pessoal da empresa municipal, quer na organização de eventos, quer na promoção do turismo e representação do Município em eventos nacionais e internacionais. De qualquer modo a evolução do rigor contabilístico relativamente à natureza dos financiamentos tem vindo a evoluir no sentido de diferenciar os subsídios à exploração da venda de serviços. Esta situação é evidenciada nos extratos financeiros constantes do documento anexo relativamente aos últimos anos. -----

8.- A publicação da Lei 50/2012 de 31 de Agosto vem definir critérios financeiros com efeitos retroativos aos 3 anos anteriores à publicação da Lei, isto é, a 2009, 2010 e 2011, cujo incumprimento pressupõe a dissolução das entidades, não salvaguardando qualquer situação de evolução positiva dos indicadores nos anos mais recentes. No caso concreto a Merturis –

EEM, para os três anos em apreciação, cumpre integralmente 2 dos indicadores (c e d) e os outros dois indicadores (a e b, que representam as duas faces da mesma realidade, dado que as principais fontes de receitas ou são as vendas/prestações de serviços ou são os subsídios à exploração) não cumpre, porque a opção contabilística de financiar a empresa, à data, foi sob a forma do subsídio à exploração em vez da venda de serviços e bens, conforme referido no ponto anterior. -----

9.- Em 2012, a empresa conseguiu melhorar os resultados em termos de procura do território (mais dormidas, mais tempos de estadia e mais visitantes) e na demonstração de resultados financeiros, cumprindo todos os indicadores exigidos no artigo 62º da Lei 50/2012 de 31 de Agosto. -----

10.- Para além da dissolução prevista no artigo 62º, a lei prevê ainda nos seus artigos 63º,64 e 65º a transformação, a integração e fusão de empresas locais e a internalização, opções que devem ser tomadas no prazo de seis meses após a entrada em vigor da lei, pelos órgãos executivo e deliberativo até 1 de Março de 2013. -----

----- Assim, considerando, por último, que:-----

a)- A Merturis, EM tem prosseguido objetivos importantes para as próprias atribuições do Município, representando uma mais valia assente na primazia do discurso e atitude empresarial sobre o discurso institucional (porque o turismo é em primeira instância uma atividade económica); na agilidade dos processos, na facilidade de relação com vários agentes na área do turismo (públicos e privados/ regionais, nacionais e estrangeiros) e na disponibilidade, flexibilidade e conhecimento técnico da sua equipa de trabalho. Tudo isto sem perder a sensibilidade para os valores patrimoniais e de sustentabilidade que herdou da sua génese pública. -----

b)- A Merturis- EM tem um passado, um presente e perspectivas de futuro que de todo desaconselham a sua dissolução (como em síntese consta do anexo I);-----

c)- A Merturis - EM assumiu compromissos no plano regional, nacional e internacional que estão em curso e que devem ser honrados;-----

PROPÕE-SE -----

Que a Câmara Municipal delibere: -----

i)- Manter a Merturis -EM e, nesse sentido, propor à Assembleia Municipal que delibere a não dissolução;-----

ii)- Continuar a análise e o acompanhamento da Merturis - EM no sentido de melhorar o seu desempenho, e a sua adaptação às normas aplicáveis e a sua adequação aos objetivos prosseguidos pela Lei nº 50/2012 de 31 de Agosto.” -----

----- Colocada a proposta à votação foi aprovada por maioria com um (1) voto contra.-----

----- Votou contra o membro Snr. José Eugénio do MIM com os fundamentos de que os serviços que a Merturis realiza poderiam ser executados pelos serviços municipais. -----

2.3.- PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO DA MERTURIS PARA 2013 – PARECER DO FISCAL ÚNICO:-----

----- Foi presente o parecer do Fiscal Único sobre o Plano de Atividades e Orçamento da MERTURIS para o ano de 2013, aprovado em sessão da Assembleia de 21 de dezembro de 2012. -- -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

2.4.- AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ACESSORIA DE REVISÃO E CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS DO MUNICÍPIO DE MÉRTOLA – NOMEAÇÃO: -----

----- Nos termos e para efeitos do disposto no nº 2 do artº 48º da Lei nº 2/2007, de 15 de janeiro, foi presente o processo de aquisição de serviços em referência aberto por deliberação do Executivo de 06 de fevereiro corrente, com vista à nomeação do auditor externo, a Firma Oliveira e Reis & Associados, SROC, Lda, única convidada e concorrente ao concurso. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade nomear como auditor externo das contas do Município, a Firma Oliveira e Reis & Associados, SROC, Lda, nos termos do nº 2 do artº 48º da Lei nº 2/2007, de 15 de janeiro. -----

2.5.- DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA JUNTA DE FREGUESIA DE MÉRTOLA – OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO URBANA DE ESPAÇOS PÚBLICOS EM DIVERSAS POVOAÇÕES: -----

----- Nos termos e para efeitos do disposto na alínea s) do n.º 2 do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2012, de 11 de janeiro, foi presente o processo com vista à autorização da delegação de competências da Câmara Municipal na Junta de Freguesia de Mértola para a realização de obras de requalificação urbana de espaço públicos nas localidades de Namorados, Brites Gomes, Sapos, Morena e Quintã, com um financiamento de 16.568,10 € (dezasseis mil, quinhentos e sessenta e oito euros e dez cêntimos), já com IVA incluído. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade autorizar a delegação de competências conforme proposto. -----

2.6.- INFORMAÇÃO FINANCEIRA A 31 DE DEZEMBRO DE 2012: -----

----- Nos termos e para efeitos do disposto na alínea e) do n.º 1 do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2012, de 11 de janeiro, foi presente a Informação Financeira da Câmara a 31 de dezembro de 2012. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

3.- FISCALIZAÇÃO DOS ATOS DA CÂMARA: -----

----- Elaborada nos termos e para efeitos do disposto na alínea e) do n.º 1 do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, foi presente a Informação do Snr. Presidente da Câmara de que um exemplar fica anexo à minuta desta ata. -----

----- O Snr. Presidente da Mesa declarou aberto este ponto, passando a palavra ao membro Snr. Mário José Eugénio o qual disse querer saber qual a opinião da Câmara sobre a eletrificação rural, já que nos concelhos limítrofes as opiniões divergem e tendo a Câmara de Castro Verde fez um protocolo com uma associação do concelho para esse efeito, gostaria de saber qual é a posição da Câmara de Mértola.-----

----- Prosseguindo disse que já há alguns anos colocou essa mesma questão à Câmara no sentido de saber se poderiam ser feitas parcerias para a eletrificação rural à semelhança do que foi feito nos Concelhos de Serpa, Odemira e até Ourique. Perguntando se no Concelho de Mértola não existe essa possibilidade por forma a criar condições para que as pessoas possam viver com condições nas localidades. -----

----- O Snr. Presidente da Câmara disse que este assunto da eletrificação rural já foi falado por diversas vezes. Que a Câmara é responsável pela iluminação dos montes públicos e a eletrificação dos privados compete às respetivas populações. Que em Castro Verde e em Serpa houve uma parceria da Associação de Agricultores para candidatura ao PRODOR, sabendo que no caso de Serpa a Câmara não realizou qualquer investimento.-----

----- Que esta situação é como a de muitas outras, que não é da responsabilidade das câmaras municipais a construção de um hospital, mas podem sempre ajudar na sua construção, dando como exemplo o facto da construção do Quartel da GNR, que não é da competência da Câmara a sua construção, mas que a Câmara disponibilizou o terreno e o projeto para o efeito.-----

----- Prosseguindo disse que já tem vindo a ser discutida com a EDP, há mais de um ano, a possibilidade de se fazer no Concelho de Mértola o mesmo que foi feito para o de Serpa ou até Castro Verde, ou mesmo através de parceria entre a Câmara e a Cooperativa Agrícola do Guadiana. -----

----- Que lhe foi dito pela EDP que para os agricultores da Serra de Serpa/Mértola poderia haver abertura para a eletrificação, e que os restantes estão identificados, como é o caso de Alcaria Ruiva.-----

----- Que a Câmara de Serpa conseguiu a eletrificação através do PRODOR da parte norte do Concelho há cerca de um ano, mas já vinha trabalhando nesse projeto há mais de dez e que no caso de Ourique, ao que sabe, o projeto também esteve em discussão por seis ou sete anos.

----- Quanto ao Concelho de Mértola, o Snr. Presidente da Câmara disse que para parte do nosso Concelho junto à Serra de Serpa está prometida a eletrificação pela EDP, mas para a restante parte do Concelho não. -----

----- Disse ainda que a Câmara está disponível para colaborar como sempre esteve e se o Snr. Mário Eugénio, através da sua Associação de Agricultores avançar com o projeto, a Câmara está disponível para ajudar dentro das suas possibilidades e competências. -----

----- Tomando a palavra, o Snr. Presidente da Junta de Freguesia de S. João dos Caldeireiros começou por agradecer à Câmara a cedência dos materiais para a obra do cemitério e perguntou sobre a obra dos esgotos em Martinhanes e a dos arruamentos em S. João. Referiu ainda um problema que já tem sido falado em várias sessões da Assembleia que tem a ver com a pressão do furo e cuja situação ainda não está resolvida. -----

----- Prossequindo informou que foi recebida na Junta de Freguesia uma reclamação da população sobre a localização de ETAR. Que também tem sido questionado sobre a recuperação do moinho debaixo da ponte, cuja obra foi prometida, mas que até hoje nada foi feito e perguntou ainda para quando o arranjo das estradas de Quintã e Alvares/Monte Palma. -----

----- O Snr. Presidente da Câmara começou por retribuir o agradecimento sobre a obra do cemitério, agradecendo à Junta a sua participação nesse processo. Quanto às obras de arruamentos, o Snr. Presidente das Câmara disse que de momento a Câmara não tem disponibilidade financeira nem financiamento para as mesmas. Que a obra de Martinhanes está em fase de cabimentação e ficará concluída no final de 2014 ou 2015 e que tanto as obras de saneamento com as de arruamentos têm sido uma das prioridades do Executivo, mas que houve que estabelecer critérios para a execução das mesmas, como já teve oportunidade de informar a Assembleia em anteriores sessões. -----

----- Quanto à falta de pressão da água que já tem sido falada por diversas vezes, irá saber junto da AGS por que razão é que acontece. -----

----- Relativamente à reconstrução do moinho debaixo da Ponte de Oeiras o processo encontra-se no Núcleo de Obras por Empreitada, mas que há dificuldade em encontrar quem execute aquele trabalho, mas que se não for possível a Câmara tentará arranjar outra solução, recordando que a Câmara se comprometeu com a Romeiras Caça e Turismo nessa recuperação. -----

----- Sobre o arranjo da estrada Alvares/Monte Palma, o Snr. Presidente da Câmara informou que foi agora lançada a obra da estrada Moreanes/Guizo e será reparada sempre que se torne necessário uma vez que não pode adiantar datas sobre a pavimentação porque os financiamentos para essas obras estão difíceis de conseguir. -----

----- Que a estrada de Quintã de Caldeira ainda não foi intervencionada porque a máquina está avariada e a Câmara está à procura de uma para adquirir já que a reparação da que a Câmara tem é muito cara. Que há dias o negócio de compra esteve quase a ser finalizado, mas a Câmara foi aconselhada a não o fazer, pelo que continuará à procura e havendo verba disponível comprará a máquina necessária. -----

----- O membro Snr. Justino disse que a estrada Moinhos de Vento/Espírito Santo está em muito mau estado dificultando a circulação de quem a utiliza e que deve haver pelo menos quatro anos que a mesma não sofre qualquer reparação, perguntando por que razão é que a Câmara arranjou a estrada Mesquita que não tem metade da afluência que tem a de Moinhos de Vento/Espírito Santo. -----

----- Prossequindo informou que a escada que dá acesso à plataforma do cais em frente ao Pomarão não reúne condições de segurança. -----

----- O Snr. Presidente da Câmara informou que a estrada Moinhos de Vento/Espírito Santo é reparada periodicamente à semelhança de outras. Que há muitas centenas de quilómetros de estradas para reparar e que embora uma ou duas juntas de freguesia façam reparações, tem sido sempre a Câmara a executar esses arranjos. Que a estrada da Mesquita é reparada mais vezes devido ao Festival do Peixe do Rio, mas que uma reparação não invalida a outra e vai verificar a programação dos trabalhos junto da antiga DASUOM. -----

-----Tomando a palavra, o Dr. Miguel Bento disse que, relativamente à questão colocada sobre eletrificação rural, recorda-se que em 2003 numa reunião do Executivo realizada em Via Glória, no período de intervenção do público o presidente da Câmara da altura depois de ser questionado sobre esta matéria disse que para ela a eletrificação rural era uma prioridade. -----

----- De seguida disse que tinha solicitado na anterior sessão que lhe fosse fornecido o custo do jantar da Feira da Caça e que ainda não recebeu qualquer informação até ao momento. -----

----- Prosseguindo solicitou informação sobre qual a intenção da Câmara sobre um edifício municipal sito na Largo do Carmo onde reside o Snr. Marciano Godinho, perguntando se a Câmara pretende executar as obras e se as fizerem para quando estão previstas. -----

----- Que verificou que já foram iniciadas as obras junto ao Cineteatro, esperando que as mesmas não demorem muito. -----

----- Que também verificou que foi feita alguma intervenção no cemitério, mas que as deficiências estruturais se mantêm, pelo que gostaria de saber quando é que a questão do cemitério estará resolvida. -----

----- Disse também que a estrada do Pomarão apresenta um estado de degradação preocupante já que é uma obra relativamente nova, pelo que gostaria de saber se a mesma ainda se encontra dentro do prazo de garantia e quando é que a Câmara vai resolver a situação. -----

----- Prosseguindo disse que foi notificado como testemunha num processo que está em Tribunal sobre o caminho Corte Sines/Rio Guadiana e que, considerando o que está em causa e dado tratar-se de uma ação popular movida pela população de Corte Sines, gostaria de saber se a Câmara mantém a mesma posição de tinha em 2003 sobre este caminho. -----

O presidente da Mesa informou que este assunto já foi resolvido em Tribunal e que se trata de uma repetição solicitada por pessoas que vivem fora e não pela população da Corte Sines.

----- O Snr. Presidente da Câmara, respondendo às questões colocadas, começou por dizer que o custo do jantar da Feira da Caça consta do respetivo relatório onde constam também todas os custos com a mesma, que agora não tem presente o valor mas que informará oportunamente.

----- Quanto à casa do Marciano Godinho, o processo está preparado para lançamento da obra com solicitação de orçamentos a pedreiros locais. -----

----- Quanto à reparação do cemitério novo acha que as obras ainda não estão terminadas, mas que irá colocar essa questão aos serviços. -----

----- Que a estrada do Pomarão foi reparada duas vezes no âmbito das garantias. Que tem conhecimento do estado em que a mesma se encontra, mas sabe que já passou o prazo de garantia da obra. Que o trânsito pesado está proibido de circular naquela estrada e a Câmara irá proceder à sua reparação só não sabendo ainda se por administração direta se por empreitada.

----- Relativamente ao processo que está em tribunal sobre o caminho da Corte Sines não tem conhecimento do mesmo, mas que se o processo chegar á Câmara a posição será a mesma.

----- A Dr.^a Maria José Henrique perguntou ao Snr. Presidente da Câmara qual a situação das obras no edifício da Junta de Freguesia de Santana de Cambas. -----

----- Prosseguindo disse que já há alguns meses levantou a questão de os boletins informativos da Câmara serem muitas vezes utilizados para propaganda política, já que acha curioso que nas obras por administração direta vão os fotógrafos de obra em obra tirar fotografias para o boletim, sendo prova que são utilizados para fazer propaganda já que no pontão de S. Pedro de Sólis consta na foto como reparação de uma conduta quando de facto se tratou de correção de erros de obra. -----

----- Disse ainda que a propaganda não é feita apenas nos boletins mas também nos ofícios que se enviam aos municípios, dando como exemplo os ofícios enviados no âmbito do cartão social onde refere ...”continuaremos a dar enquanto estivermos na Câmara”, em sua opinião bastante sugestivo, tendo informação que a anterior redação não era esta, sendo em sua opinião uma forma abusiva de dizer: ...”nós damos... mas vejam lá... dado o período de eleições que se aproxima...”. Que, em sua opinião trata-se de propaganda política e que continuar a ver este tipo de insinuações em mais alguns documentos oficiais fará a devida exposição às instâncias devidas. -----

----- Interrompeu o Snr. Presidente da Mesa para dizer que a Dr.^a Maria José está a ameaçar o Presidente da Câmara, tendo a mesma dito que não se trata de nenhuma ameaça, mas de um simples aviso. -----

----- Prossequindo o Snr. Presidente da Mesa disse que entendeu as palavras da Dr.^a Maria José como ameaça e relativamente à questão colocada pelo Snr. Mário José Eugénio sobre eletrificação rural considera-a muito interessante. Que nos 12 anos em que esteve na oposição a trabalhar para o Concelho, foi sempre às atividades organizadas pela Câmara ao contrário do que agora acontece. E que relativamente à eletrificação rural, fez na altura em que era vereador da oposição uma proposta ao presidente da Câmara de que com um simples PT a questão ficava resolvida e foi-lhe respondido que a Câmara não podia fazê-lo porque se tratava de agricultores.

----- Que esta preocupação já não é nova, a preocupação dos montes rurais continua e é consequência do que não se fez e que ainda precisa de ser feito. -----

----- Relativamente à reparação da estrada de Moinhos de Vento, sabe que existem milhares de quilómetros de estrada na mesma situação. -----

----- Quanto à questão colocada sobre o edifício da Junta de Santana de Cambas, sobre o que a Câmara já fez, dá ideia de que a responsabilidade é da Câmara. -----

----- O Snr. Presidente da Câmara, respondendo às questões colocadas pela Dr.^a Maria José, começou por informar que existe um acordo para a construção de um novo edifício para sede da Junta de Freguesia de Santana de Cambas, e que o existente será demolido quando o tempo o permitir. Que a Câmara está a preparar os projetos das especialidades para a nova construção.

----- Prossequindo disse que a Câmara tanto nos boletins municipais como nos ofícios do cartão social, a intenção é informar os munícipes do que se passa no Concelho. Sobre a conduta de S. Pedro de Sólis a mesma foi toda reparada e foram tiradas fotos para informar os munícipes sobre os locais onde os funcionários da Câmara estiveram a atuar. Quanto às questões do ofício do cartão social, o atual Executivo só se pode comprometer com este ou qualquer outro apoio enquanto cá estiver. -----

----- A Snr.^a Presidente da Junta de Freguesia de Alcaria Ruiva disse ter tido conhecimento que foram distribuídos telemóveis a pessoas que se vivem isoladas e gostaria de saber como foi tratado esse processo. -----

----- O Snr. Presidente da Câmara informou que se tratou de uma campanha de DELTA. Que no Concelho existem uma série de famílias carenciadas e isoladas tendo a DELTA solicitado à Câmara uma listagem dessas pessoas e foram eles que escolheram a quem haveriam de dar um cabaz de Natal e os telemóveis. Que mais tarde houve a entrega de dois ou três telemóveis na Freguesia de Alcaria Ruiva por indicação das técnicas do Serviço Social da Câmara. -----

----- A Dr.^a Virgínia Valente referiu as obras da estrada de Fernandes e de uma zona onde se torna necessária fazer intervenção e que não está a ser feita. -----

----- Relativamente a esta questão, o Snr. Presidente da Câmara informou que havia informação de que essa zona era do domínio privado e a Câmara não podia lá intervir, mas se se verificar que tal não corresponde à verdade e se trata de zona de domínio público haverá todo o interesse em fazer lá intervenção agora. -----

----- O Snr. Presidente da Junta de Santana de Cambas, tomando a palavra, disse que a estrada Picoitos/Pomarão precisa de ser reparada e que a Junta procedeu à reparação da estrada Santana/Sapos. Que também a estrada de Moreanes/Alves/Santana foi mal ampliada e precisa de ser intervencionada. Quanto à reparação da estrada Pomarão/Salgueiros, ficou mal consolidada, encontrando-se bastante perigosa e degradada. Que a Câmara já colocou sinalética a interditar a passagem de viaturas pesadas, mas os sinais são retirados e os veículos pesados continuam a lá circular, pelo que não havendo qualquer sinalética as autoridades nada podem fazer, sendo uma situação grave e complicada. -----

----- Prossequindo disse que a estrada da EM 514 ficou por fazer, e que a estrada Alves/Picoitos tem curvas bastante perigosas e também deveria ser intervencionada não só a estrada de Fernandes. -----

----- Que o preocupa bastante a questão dos assaltos que ocorrem continuamente na freguesia, que a população anda aterrorizada e é de lamentar que nada seja feito.-----

----- O Dr. Miguel Bento solicitou ao Snr. Presidente da Mesa cópia da ata que referiu sobre a proposta que diz ter apresentado sobre a eletrificação rural, bem como o último relatório técnico da vistoria efetuada ao edifício da Junta de Santana de Cambas onde se propõe a demolição do mesmo.-----

----- O Snr. Presidente da Câmara, em resposta ao Presidente da Junta de Santana de Cambas disse que as questões já foram colocadas em anteriores sessões e devidamente respondidas e que para já não é possível fazer a ligação Fernandes/Salgueiros/Picoitos.-----

----- Relativamente aos assaltos têm sido feitas várias ações de sensibilização junto das populações.-----

ALTERAÇÃO AO QUÓRUM:-----

----- Neste ponto da ordem de trabalhos saiu da reunião o Snr. Presidente da Junta de Santana de Cambas.-----

----- O membro Snr. Mário José Eugénio disse que tem conhecimento da posição do Snr. Presidente da Mesa sobre a eletrificação rural e na altura não havia possibilidade de resolver o assunto embora a questão tivesse sido colocada, mas que agora desde há 12 anos tem tido possibilidade de fazer alguma coisa e nada fez. Que nos concelhos limítrofes os agricultores têm-no feito. Que o Presidente da Mesa tem descorado e esquecido os agricultores desde há 12 anos, porque por vezes não está a desempenhar o papel de Presidente da Assembleia mas de defensor da Câmara.-----

----- O Snr. Presidente da Câmara disse que qualquer pessoa de bom senso e boa fé é defensor desta Câmara e não só uma Bancada, mas todos. Que se o Snr. Mário faz parte da CNA poderia liderar esse processo e a Câmara encontra-se disponível para apoiar dentro das suas possibilidades, pelo que o entende como um desafio.-----

----- O Snr. Mário José Eugénio disse que irá colocar a questão às instâncias superiores e que em 2001 existia um Protocolo com o Município e quando a gestão camarária mudou esse Protocolo simplesmente deixou de existir.-----

4.- APROVAÇÃO DA ATA:-----

----- Não havendo mais assuntos a tratar, o Plenário da Assembleia, por unanimidade deliberou que a ata fosse aprovada em minuta, no seu todo, suspendendo-se os trabalhos pelo tempo necessário à sua elaboração.-----

----- Reaberta a sessão, procedeu-se à leitura em voz alta da ata em minuta que depois de posta a votação foi aprovada por unanimidade.-----

5.- ENCERRAMENTO:-----

----- O Snr. Presidente da Mesa declarou encerrada a sessão eram 20,15 horas.-----

----- E eu 1º Secretário da Assembleia, a redigi,
subscrovo e assino.-----

O Presidente _____

O 1º Secretário _____

O 2º Secretário _____